

Softplan Internacional Participações S/A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Balancos patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado.....	1
Demonstrações do resultado abrangente	2
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10
1. Contexto operacional.....	10
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	10
2.1 Declaração de conformidade.....	10
2.2 Base de preparação e apresentação	10
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	10
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	10
3. Principais políticas contábeis	11
3.1 Instrumentos financeiros.....	11
3.2 Imobilizado	12
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	12
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	13
3.5 Provisão para contingências.....	13
3.6 Impostos.....	13
3.7 Demonstração dos fluxos de caixa.....	14
3.8 Receita operacional.....	14
3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	15
3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros... Erro! Indicador não definido.	
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras..... Erro! Indicador não definido.	
5. Contas a receber clientes	Erro! Indicador não definido.
5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento .. Erro! Indicador não definido.	
6. Impostos a recuperar	Erro! Indicador não definido.
7. Outros créditos	Erro! Indicador não definido.

8.	Imobilizado.....	Erro! Indicador não definido.
9.	Fornecedores	Erro! Indicador não definido.
10.	Obrigações e provisões trabalhistas	Erro! Indicador não definido.
11.	Obrigações tributárias	Erro! Indicador não definido.
12.	Provisões para contingências.....	Erro! Indicador não definido.
13.	Partes relacionadas	Erro! Indicador não definido.
14.	Patrimônio líquido.....	16
14.1	Capital Social.....	16
14.2	Reserva de capital	Erro! Indicador não definido.
14.3	Remuneração aos acionistas	Erro! Indicador não definido.
15.	Receita de contratos com clientes	Erro! Indicador não definido.
16.	Custos dos serviços prestados	Erro! Indicador não definido.
17.	Despesas operacionais.....	Erro! Indicador não definido.
18.	Resultado financeiro.....	Erro! Indicador não definido.
19.	Imposto de renda e contribuição social	Erro! Indicador não definido.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		<u>7.503</u>	<u>7.780</u>				
Total do ativo circulante		<u>7.503</u>	<u>7.780</u>	Total do passivo circulante		<u>-</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante			<u>-</u>	Patrimônio Líquido			
				Capital social		10.000	10.000
				Prejuízos acumulados		(2.497)	(2.220)
				Total do patrimônio líquido		<u>7.503</u>	<u>7.780</u>
Total do ativo		<u><u>7.503</u></u>	<u><u>7.780</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>7.503</u></u>	<u><u>7.780</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receita de contratos com clientes			
Lucro bruto		-	-
Despesas gerais e administrativas			
Resultado antes do resultado financeiro e impostos			
Despesas financeiras		(277)	(250)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(277)	(250)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado do exercício		(277)	(250)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	<u>(277)</u>	<u>(250)</u>
Resultado abrangente total	<u>(277)</u>	<u>(250)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	Capital social	de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>10.000</u>	<u>(1.970)</u>	<u>8.030</u>
Resultado do exercício		-	(250)	(250)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>10.000</u>	<u>(2.220)</u>	<u>7.780</u>
Resultado do exercício		-	(277)	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>10.000</u>	<u>(2.497)</u>	<u>7.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Resultado do exercício		(277)	(250)
Ajustes para:			
Redução (aumento) nos ativos:		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) nos passivos:		<u>-</u>	<u>-</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		<u>(277)</u>	<u>(250)</u>
Recursos líquidos decorrentes das atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(277)</u>	<u>(250)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.780	8.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>7.503</u>	<u>7.780</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(277)</u>	<u>(250)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Softplan Internacional Participações S/A, (“Softplan” ou “Companhia”), devidamente inscrita no CNPJ 32.373.980/0001-64, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e foi constituída em 07 de janeiro de 2019.

A Companhia tem como objeto social principal: (i) participação em outras sociedades no Brasil e no Exterior (ii) a exploração comercial e licenciamento de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; (iii) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (iv) a prestação de serviços de assessoria técnica, de consultoria e de treinamento em tecnologia da informação; (v) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 30 de abril de 2024.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- I. A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados;
- II. Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- III. A identificação e valorização da provisão para litígios;
- IV. As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme

incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado “lucro presumido”. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Cálculo realizado com base na alíquota de presunção de 32% sobre as receitas operacionais, e alíquotas de 15% e 9% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

Por ser tributada pelo regime de lucro presumido, não há impostos diferidos reconhecidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

i. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui passivos não circulantes que estejam sujeitos a covenants futuros, sendo assim, não há alterações a serem avaliadas.

ii. A cordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não participa de acordo de financiamento de fornecedores, portanto, não haverá impacto nas demonstrações financeiras se atendidas as novas exigências.

iii. Outras Normas Contábeis 70

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. Patrimônio líquido

4.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Empresa é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

* * *

André Tavares Andrade
CFO

Luiz Fernando Dill Barcellos
Contador CRC/RS 082618/O-5